



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/08/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. ESMAM.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. VARA CRIMINAL.....	3
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. VARA CRIMINAL.....	4
3.2. VARA DA MULHER.....	5
4. JORNAL CORREIO POPULAR	
4.1. COMARCAS.....	6 - 7
4.2. EVENTOS.....	8 - 10
4.3. EXECUÇÕES PENAS.....	11 - 12
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	13
5.2. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	14
5.3. SEGURANÇA.....	15
5.4. VARA CRIMINAL.....	16 - 17
5.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	18 - 19
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADOR.....	20
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. DECISÕES.....	21
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. VARA DA MULHER.....	22
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. EXECUÇÕES PENAS.....	23
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. AÇÕES TJMA.....	24
10.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	25
10.3. COMARCAS.....	26
10.4. CORREIÇÕES.....	27 - 28
10.5. DECISÕES.....	29
10.6. EVENTOS.....	30
10.7. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	31
10.8. OUVIDORIA.....	32
10.9. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	33
10.10. SEM ASSUNTO.....	34
10.11. SINDJUS.....	35 - 36
10.12. VARA CRIMINAL.....	37
10.13. VARA CÍVEL.....	38
10.14. VARA DA MULHER.....	39
10.15. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	40

Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três

secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores “fantasmas” e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retor-

no ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. “Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de for-

ma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada”.

ESMAM promove III Seminário de Atualização Jurídica na Região dos Cocais

Com o tema “Desafios para aplicação do Novo Código de Processo Civil”, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) promoveu o III Seminário de Atualização Jurídica, nesta segunda (15) e terça-feira (16), no Auditório Central Monsenhor José Mendes Filho, localizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (FACEMA), em Caxias.

O desembargador Jamil Gedeon, diretor da ESMAM, fez a abertura do evento e relembrou as edições anteriores dos seminários. A primeira, realizada no ano passado, em São Luís, com 350 participantes; e a segunda edição, ocorrida em Imperatriz, no mês de abril deste ano, com 500 inscritos.

“Afirmamos as parcerias em uma boa hora, pois por meios destes seminários, podemos trazer ao Maranhão alguns dos expoentes do debate jurídico sobre a elaboração e consolidação do projeto do novo CPC”, ressaltou.



Acusado de homicídio é condenado a 28 anos em Balsas

A juíza Elaile Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de 'Taurus'. Por fim, Samyro Rocha foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. A sessão ocorreu na última semana.

Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia que Mauro foi morto com três tiros de pistola, disparados por Taurus. Na ocasião, ao ser abordado pela polícia, o acusado teria confirmado a autoria do crime, revelando detalhes.

BALSAS

Acusado de assassinato é condenado a 28 anos de prisão

A juíza Elaile Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de 'Taurus'. Por fim, Samyro Rocha recebeu foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. A sessão ocorreu na última semana.

Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia que Mauro foi morto com três tiros de pistola, disparados por Taurus. Na ocasião, ao ser abordado pela polícia, o acusado teria confirmado a autoria do crime, revelando detalhes.

De acordo com Taurus, a vítima lhe devia a quantia de trezentos reais. No dia em que foi cobrar o dinheiro, ele teria sido ameaçado por Mauro, com uma arma de fogo. Samyro Rocha contou ainda que Mauro disse que o

mataria caso fosse cobrado outra vez. Narra a denúncia que o acusado convidou a vítima para fumar uma pedra de crack e, chegando à beira do rio, teria desferido três tiros em Mauro. O corpo da vítima foi encontrado três dias depois. Taurus teria afirmado que Mauro merecia morrer, pois além de dever dinheiro, ele realizava assaltos frequentes em Balsas e era traficante de drogas.

Ao analisar a personalidade do acusado, verificou-se que ele era satanista, possuindo inclusive um apelido que faz referência a isso. Ele teria assinado documento se declarando satânico, possuindo tatuagens de demônios no peito, braços e costas. "Fato esse que demonstra a má índole do réu", destacou a sentença. Taurus foi condenado por homicídio duplamente qualificado e não obteve o direito de recorrer em liberdade.

Mutirão busca agilizar processos de violência contra mulher

A Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís realiza durante toda esta semana um mutirão para agilizar processos referentes à violência contra a mulher. Foram agendadas audiências de 181 ações penais e julgamento de mais 82. A iniciativa integra as atividades da V Semana Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, aberta na última segunda-feira (15), na capital maranhense, pela ministra e presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, idealizadora da campanha.

As atividades ocorrem em 28 comarcas do Maranhão até esta sexta-feira (19) e estão sendo organizadas pela Coordenadoria Estadual da

Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (CEMULHER), presidida pela desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar. Além dos processos referentes à violência doméstica contra mulher, o mutirão inclui também julgamento no tribunal do júri e ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.

Segundo dados da CEMULHER, foram designadas, nas 28 comarcas que participam da Semana “Justiça pela Paz em Casa”, 447 audiências para os cinco dias de mutirão, sendo 387 criminais e 60 cíveis. Na pauta do evento há 2.838 ações penais, 46 inquéritos e a previsão é de que sejam concedidas 4.272 medidas protetivas e julgados 158 pro-

cessos.

Em São Luís, o esforço concentrado para agilizar os processos judiciais que têm a mulher como vítima de violência conta com o trabalho de magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e uma equipe de servidores. As audiências ocorrem em cinco salas simultaneamente, pela manhã e à tarde, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Além dos juízes titular e auxiliar da Vara da Mulher, Nelson de Moraes Rêgo e Samira Barros Heluy, foram designados para o mutirão também os juízes Antônio Agenor Gomes, Suely de Oliveira Feitosa e Gustavo Henrique Silva Medeiros.

Promotores falam sobre afastamento de Lidiane Leite e presidente da Câmara de Bom Jardim

Por Clodoaldo Corrêa

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira (15) os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

Os promotores falaram sobre o caso Lidiane Leite, já que a pedido do Ministério Público a prefeita e o presidente da Câmara, José Arão, foram afastados. O promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou que a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 10 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

PIO XII

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.



Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

“Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes”, destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão des-

se convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor”, relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica – como professor de Direito e ex-juiz federal – pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. “Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante”, defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. “A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça”, apontou a ministra.

No encontro, o governador apresen-

tou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

Proteção à mulher

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência. (Secap)



Governador Flávio Dino, a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, o vice-governador Carlos Brandão, o presidente do TJ-MA desembargador Cleones Cunha, o desembargador Fróz Sobrinho, e secretários de Estado em encontro no Palácio dos Leões.



Governador Flávio Dino, a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, o vice-governador Carlos Brandão, o presidente do TJ-MA desembargador Cleones Cunha, o desembargador Fróz Sobrinho, e secretários de Estado em encontro no Palácio dos Leões.

Aberto oficialmente a XVII Semana do Encarcerado no Maranhão



Divulgação

A XVII Semana do Encarcerado, que tem como tema "Trabalho e Educação: Pilares para a efetivação do processo de reintegração social da Pessoa Privada de Liberdade", teve sua abertura oficial, na manhã deste sábado (13), no auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa (Cohafuma). A proposta do evento, realizado pelo Governo do Maranhão, é compartilhar os avanços da gestão nos últimos 19 meses, e discutir estratégias para qualifica-los, objetivando a construção de um sistema prisional de referência.

Nas unidades prisionais de São Luís e de Paço do Lumiar, por exemplo, as ações destinadas aos detentos têm início nesta segunda-feira (15), e ocorrem até o próximo domingo (21). Em presídios do interior, as atividades começam na segunda-feira (22), e se estendem até sexta-feira (26). Durante esse período, o objetivo é fomentar iniciativas que visem ampliar resultados já alcançados, tais como: mais de 800 internos em sala de aula, número que representa mais de 11% da população carcerária; e mais de 1.500 apenados inseridos em mais de 50 oficinas de trabalho.

Seguindo o cronograma, a cerimônia teve início com a exibição de um vídeo institucional, o qual mostrou depoimentos de servidores e internos de longa data no sistema prisional, que reconheceram os avanços reais alcançados em 19 meses de gestão. Fazendo jus ao tema proposto, o vídeo evidencia alguns trabalhos já realizados pelos apenados e registra, ainda, a presença deles em sala de aula.

O secretário de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Murilo Andrade de Oliveira, destacou que os pilares da gestão prisional perpassa pelo trabalho e educação, garantindo, assim, capacitação aos internos. "Isso é que nós queremos ofertar às pessoas que estão privadas de liberdade: trabalho e educação; garantindo a elas oportunidade e, é notório, essa oportunidade só vai ocorrer

se houver capacitação por meio do trabalho e educação", frisou.

No decorrer do evento, houve a execução do Hino Nacional cantado pelo vocal Renascer, formado por internos da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho d'Água. Além disso, ocorreu também um momento de reflexão bíblica. Em seguida, o vocal Renascer fez outra apresentação, desta vez cantando a música evangélica intitulada "Raridade" de Anderson Freire.

Além do secretário Murilo Andrade, a XVII Semana do Encarcerado contou com as presenças do juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), Fernando Mendonça; do defensor público geral, Werther de Moraes, representantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de outros secretários de Estado e da sociedade civil organizada.

Murilo Andrade reforçou que a iniciativa tem por objetivo discutir e disseminar as propostas e diretrizes implementadas pelo Poder Executivo, visando a reestruturação do sistema prisional maranhense. "Nossa função, enquanto servidores estaduais, é trabalhar pela sociedade, buscando melhorar a cada dia, e, nesse caso em específico, buscando trabalhar para sermos referência de sistema prisional no Brasil", afirmou ele.

Entre os discursos das autoridades, ocorreu apresentações de músicas e poesia recitada pelas internas da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) Feminina. O vocal Plenitude, integrado por detentos da UPR São Luís 2, antiga Casa de Detenção (Cadet), cantou a música chamada "Escudo", do grupo Voz da Verdade. As internas da UPR Feminina, além de poesia, também cantaram. O encerramento da abertura oficial do evento aconteceu com a apresentação dos três vocais cantando juntos a música evangélica intitulada 'Coração Valente'. (Seap)

Agosto Cultural movimentará Comarca de Itapecuru-Mirim

Projeto visa proporcionar a expansão do pensamento e estimular a criatividade dos servidores da Justiça e dos cidadãos em geral

ITAPECURU-MIRIM

O Projeto Agosto Cultural se estenderá até o dia 22 deste mês no município de Itapecuru-Mirim. O projeto, iniciado no dia 1º, visa proporcionar a expansão do pensamento e estimular a criatividade dos servidores da Justiça, dos cidadãos que frequentam a sede do Poder Judiciário de Itapecuru-Mirim e da população em geral.

Realizado por meio de parceria do Fórum de Itapecuru-Mirim com a Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (Aicla), o projeto visa divulgar a cultura e as artes da cidade, além de promover a valorização das manifestações culturais locais e fomentar o interesse públi-

co pelo universo das artes.

O Agosto Cultural é composto de ampla programação, que está levando o público às mais diversas atrações, como exposição de artes plásticas, lançamentos de livros e de filmes, palestras, recitais e apresentações musicais.

De 1º a 5 deste mês, a sede do Fórum foi o cenário da exposição do artista plástico Beto Diniz. Duas exposições brindam o público que comparece ao Fórum: a exposição de banners sobre a história de Itapecuru-Mirim e a mostra de livros de autores da terra, cujas obras encontram-se expostas em estandes para vendas. As atrações ficam abertas ao público

no horário de expediente forense.

Estudantes

Nesta semana (15 a 19) é a vez dos alunos da Casa da Cultura Professor João Silveira fazerem a exposição de suas pinturas. Um painel sobre a história da casa também estará aberto à visitação no Fórum. Dois lançamentos integram a programação do período: o lançamento do filme Caminhos de Pedras Miúdas, de Inaldo Lisboa, que acontece na quinta-feira, 18, às 19h, no auditório do Serviço Social do Comércio (Sesc) e o lançamento do livro Caminhos do Itapecuru, uma viagem pelo Jardim do Maranhão, de Tiago Oliveira, no dia 19, sexta-feira, às 17h, na quadra da Escola Jesus Maria José. ●

O programa “Fala, Professor”, de prestação de serviços da Rádio Web Justiça do Maranhão, estreia, às 8h45, de hoje, para esclarecer dúvidas básicas sobre a compra e venda de imóveis.

Apresentado pelo comunicador e professor de Direito, Heraldo Moreira; o programa, num tom didático e simples, vai falar sobre algumas regras básicas que devem ser observadas na relação entre construtoras e consumidores.

Segurança dos magistrados em risco

Um incêndio criminoso destruiu o fórum da Comarca de Goiatuba, em Goiás, em 10 de agosto, e com ele todos os processos e equipamentos do prédio. Ficaram danos profundos para os juizes que ali atuam e aos cidadãos que perderam registros essenciais em sua busca de solução junto ao Judiciário.

A destruição do Fórum de Goiatuba não foi um fato isolado. É mais um episódio de violência que entra para o mapa dos registros de ameaça ao Poder Judiciário em todo o país.

A situação é grave e merece ser tratada com a devida atenção por parte dos poderes constituídos. Afinal, a destruição criminosa de um fórum ou um ato de desacato e ameaça a qualquer Magistrado não significa apenas um desrespeito ao Poder Judiciário. É, antes de tudo, uma afronta ao próprio Estado Democrático de Direito.

Basta uma breve análise dos episódios que ocorreram no país nos últimos anos para constatar que as ameaças a magistrados e os atos de vandalismo contra as unidades do Judiciário seguem uma escalada crescente e preocupante. O assassinato da juíza Patrícia Acioli, no Rio de Janeiro, em 2011, e o atentado à juíza Tatiane Moreira Lima, no Fórum do Butantã, em São Paulo, são apenas dois exemplos. Muitos outros casos de ameaça e desrespeito a juizes ocorrem diariamente por esse Brasil afora, porém, alguns são ignorados por não receberem os holofotes da mídia.

Como presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Ammma), já enfrentei vários episódios de violência contra magistrados, além de incêndios criminosos como o que destruiu o fórum de Santa Luzia em 2009 ou o que destruiu o fórum de Buriti, em 2015, provocado por pessoas que invadiram o prédio para protestar contra decisão do juiz que negou pedido de cassação do

A situação é grave e merece ser tratada com atenção por parte dos poderes constituídos

prefeito. Ou, ainda, o incêndio no fórum de Urbano Santos, também em 2015.

Tudo isso forma um cenário que evidencia a fragilidade da segurança dos fóruns e dos magistrados - e coloca em risco também a vida de servidores, advogados, promotores de justiça e dos jurisdicionados.

Há um risco silencioso e cada vez mais perigoso. Segundo levantamento do Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, divulgado em junho, temos hoje 131 magistrados em situação de risco, em 36 Tribunais do país. Porém, em 58% desses órgãos nunca foi disponibilizado aos magistrados um curso de segurança pessoal.

O cenário é grave e requer medidas urgentes. Proponho que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) faça gestões junto ao Exército para desburocratizar a aquisição de armas de fogo pelos magistrados (de uso permitido e restrito), bem como para aumentar a quantidade permitida a nós para compra de munição, atualmente limitada às 50 por ano, permitidas a qualquer cidadão.

Também lutamos pela instituição de uma Política Nacional de Segurança para a Magistratura, com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos Tribunais e dos Poderes Executivos Estadual e Federal. É necessário oferecer resposta rápida nas situações de ameaça e risco para o Juiz e sua família - inclusive com a recomendação aos Tribunais da aquisição de veículos blindados.

Entendo que essa política de segurança deve assistir, também, os magistrados aposentados que ainda se encontram em risco, em virtude de atos praticados no exercício da jurisdição.

São ações pontuais que podem proporcionar a nós, magistrados, pelo menos a sensação de segurança para exercermos a jurisdição com independência e tranquilidade. Porém, nada disso será suficiente se não houver, o quanto antes, um pacto entre os Poderes reforçando o compromisso de solucionar o problema. E que o Executivo seja chamado à razão e efetivamente assuma a sua responsabilidade na questão, pois garantir segurança é política de Estado.

.....
Juiz da 6ª Vara Cível de São Luís (MA) e coordenador da Justiça Estadual da AMB

Polícia cumpre mandados de prisão e prende três foragidos

Hélio Alcântara de Souza, acusado de homicídio; Pedro Nascimento Silva, estelionatário, e Luciandro Lima Brandão, também homicida, já estão à disposição da Justiça no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Operações realizadas pela Polícia Civil resultaram no cumprimento de mandados de prisão em São Luís. As atividades foram desenvolvidas pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) na manhã de ontem, e entre os detidos estava Hélio Alcântara de Souza, o *Helinho*, de 35 anos, acusado de um homicídio em 2010, no Maiobão. A vítima foi o policial militar Raimundo Pereira. Hélio foi preso dentro do fórum, quando foi reconhecido por policiais da Seic.

Já na região do Mercado Central, os policiais prenderam Pedro Nascimento Silva, o *Pedrinho*, de 61 anos. Contra ele, havia quatro mandados de prisão expedidos pelas varas criminais da Comarca de São Luís pela prática dos crimes de estelionato, receptação e uso de documento falso.



Fotos/Divulgação

Hélio Alcântara de Sousa, Luciandro Lima Brandão e Pedro Nascimento estavam com prisão decretada

No Bairro de Fátima, os policiais prenderam Luciandro Lima Brandão, de 26 anos. De acordo com as investigações, ele é apontado como um dos integrantes da quadrilha que no domingo, 14, roubou no Cohatrac o veículo Siena de um policial civil e logo depois praticou um

homicídio na Macaúba.

Luciandro Lima também tinha dois mandados de prisão, um pela prática do homicídio ocorrido no dia 18 de janeiro de 2013, tendo como vítima Windson Paulo Soares Duarte, no bairro Areinha, e outro por associação criminosa, pois ele é apon-

tado como integrante de facção criminosa que age no Bairro de Fátima.

Pedro Nascimento, Luciandro Lima e Hélio Alcântara foram encaminhados ainda ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, e estão à disposição da Justiça. ●

Homem é condenado a 28 anos de prisão em Balsas

A juíza Elaine Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou ontem o resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de Taurus, que recebeu a pena de 28 anos de prisão.

Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia do Ministério Público (MP) que a vítima foi morta com três tiros de pistola, disparados por Samyro Rocha. ●

Íntegra em oestadoma.com/412602



“Faz-se urgente e necessária uma ação emergencial para o cumprimento de todas as exigências expostas, sob a ameaça de se pôr em risco a vida de várias pessoas”

Cláudio Guimarães, promotor de Justiça, sobre o Terminal Rodoviário de São Luís. Em *Cidades 6*

Terminal Rodoviário deve ser reformado imediatamente, diz MP

Promotoria do Consumidor se une à de Defesa dos Direitos Fundamentais pela reforma da rodoviária de São Luís; ação do MP pede interdição do local

De Jesus

A Promotoria do Consumidor resolveu entrar na briga, junto com a Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial e a de Defesa dos Direitos Fundamentais, para tentar conseguir a reforma imediata do Terminal Rodoviário de São Luís. Em 6 de julho deste ano, o Ministério Público entrou com uma ação na Justiça, solicitando a interdição do terminal, alegando várias irregularidades, incluindo falhas graves no sistema de combate a incêndio e pânico.

Mas, segundo Cláudio Guimarães, promotor de controle externo da atividade policial, até o momento o mérito da ação ainda não foi julgado, estando nas mãos do juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

O processo começou em 20 de junho deste ano, quando o presidente da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) protocolou no Ministério Público (MP) uma representação relatando as irregularidades na rodoviária. Ele afirmou que por lá eram comuns até mesmo casos de prostituição e tráfico de drogas e solicitou ainda uma mobilização da polícia para combater esse tipo de ato.

Na ilegalidade

Na investigação, ficou constatado, segundo o MP, que a empresa que administra a rodoviária, a RMC Comércio e Serviço LTDA, estaria administrando o local de maneira ilegal, uma vez que não havia instrumento legal em vigor que o autorizaria a exercer a atividade. O órgão público ainda solicitou laudos técnicos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil.

Esses documentos teriam afirmado que toda a edificação estaria com deficiências nos sistemas de combate a incêndio e pânico, na iluminação de emergência, sinalizações de segurança, planos de ações de emergência, canalização preventiva, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e falta de extintores de incêndio portáteis.

Além disso, a promotoria teria verificado que a limpeza e manutenção do terminal seriam realizadas precariamente. A conclusão foi de



Ação da Justiça pede a interdição do terminal; Promotoria do Consumidor quer que haja reforma

SAIBA MAIS

A RMC entrou com uma ação contra os promotores Cláudio Guimarães e Cláudio Marques requerendo a abertura de um processo interno disciplinar, alegando que eles estariam agindo fora das atribuições de seus cargos, além de que, Marques estaria agindo em causa própria, já que seu irmão, José Artur Cabral, é diretor da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana. Segundo Guimarães, o processo foi arquivado.

Ilegal

No ofício, 400/2016, de 21 de março de 2016, José Artur Cabral, presidente da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), afirma que a RMC Comércio e Serviços LTDA encontra-se em situação irregular, não possuindo qualquer instrumento jurídico que a autorize a administrar o terminal rodoviário de São Luís.

que a edificação, como um todo, não apresenta as condições mínimas de segurança exigidas por lei para seu funcionamento. "Faz-se urgente e necessária uma ação emergencial para o cumprimento de todas as exigências expostas, sob a ameaça de se pôr em risco a vida de várias pessoas que por ali passam e exercem suas atividades", afirmaram os promotores Cláudio Guimarães e Márcia Lima Buhatem na ação civil.

Petição

Na ação, foi pedido que o Governo do Estado procedesse à reforma imediata do terminal rodoviário de São Luís, no prazo de 60 dias, sob pena de multa. Foi solicitada, ainda, a imediata interdição do espaço, até que todas as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros sejam cumpridas.

Os promotores requerem também a imediata retirada da empresa RMC da administração do terminal, além da realização do processo licitatório

para a contratação de uma nova empresa para gerir o estabelecimento.

Outro lado

A empresa RMC alegou que administra o Terminal Rodoviário de São Luís desde 2007, quando foi firmado o contrato de concessão para manutenção e conservação do espaço. Segundo a empresa afirmou em ação contra os promotores Cláudio Guimarães e Cláudio Marques, o contrato original tinha a vigência de 180 dias, contados a partir de 1º de junho de 2007, podendo ser renovado exclusivamente no caso de retardamento do processo licitatório, fato que vem se estendendo desde então. "Com efeito, ao longo dos anos, a Secretaria de Infra Estrutura do Estado (Sinfra) não promoveu o certame referido, o que fez renovar sucessivamente o contrato", afirma a peça assinada pela advogada Valéria Lauand de Carvalho Costa.

A empresa ainda alega que segue

de forma ininterrupta prestando seus serviços, além de pagar, mensalmente, a taxa de concessão mensal ao governo do estado. Tal taxa seria no valor de R\$ 9.245.

A Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) informou, em nota, que tem ciência sobre a proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a MOB com o intuito de garantir melhorias no Terminal Rodoviário de Passageiros de São Luís. No entanto, o Termo não foi celebrado, ainda, por nenhuma das partes.

Referente à administração do Terminal Rodoviário, a MOB comunica que a previsão é de que, até o início do mês de setembro, esteja finalizado o processo de licitação emergencial para que uma nova empresa inicie o gerenciamento do local.

Após o período da concessão final, será possível realizar reformas gradativas e necessárias no terminal. ●

Recursos da Secretaria de Comunicação do Estado foram desbloqueados desde julho

Ao contrário das notícias que surgiram na imprensa que a Secretaria de Comunicação e Articulação Política (Secap) estaria com as contas bloqueadas, o Desembargador Kleber Costa Carvalho concedeu um efeito suspensivo em favor do Governo Estado liberando a utilização dos recursos, já durante o mês de julho.

A Procuradoria Geral do Estado alegou que o bloqueio traria sérios danos a segurança pública, por exemplo, além de outros serviços essenciais de divulgação para a população. “A concessão de efeito suspensivo, defendendo, para tanto, a existência de lesão à ordem administrativa e lesão à segurança pública, na medida em que impossibilita a utilização das verbas de publicidade para noticiar serviços relevantes à população, sobretudo no período de festas juninas”, diz um trecho da peça.

A PGE ainda afirma que o bloqueio de verbas do ente público afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em sua decisão, o desembargador Kleber Costa Carvalho, alega que o bloqueio de verbas públicas deve ser um instrumento utilizado apenas quando existe um caso especial que afronta a saúde pública, por exemplo, como fornecimento de remédios. Neste contexto, ele entende que a restauração de imóveis tombados não satisfaz ao requisito da excepcionalidade.

Por esses e outros motivos o desembargador decidiu: “No que respeita ao perigo da demora, obtempero que a não concessão do efeito suspensivo pode inviabilizar a própria propaganda institucional do Estado, mormente em se tratando de informativos necessários à segurança pública, os quais dependem da utilização dos recursos bloqueados pela decisão recorrida. Ex positis, presentes os pressupostos essenciais à concessão da medida de urgência pleiteada, CONCEDO o efeito suspensivo no recurso”. Portanto, a Secap continua como o seu trabalho normal de divulgação.

DECISÃO

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões. O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

Mutirão de violência contra mulher 1

A Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís realiza durante toda esta semana um mutirão para agilizar processos referentes à violência contra a mulher. Foram agendadas audiências de 181 ações penais e julgamento de mais 82. A iniciativa integra as atividades da V Semana Nacional *Justiça pela Paz em Casa*, aberta segunda-feira (15), na capital maranhense, pela ministra e presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, idealizadora da campanha.



Mutirão de violência contra mulher

A coordenadora administrativa da CEMULHER, Danielly Bitencourt, disse que o objetivo de iniciativas como essa é concentrar esforços para dar celeridade aos processos que envolvem a mulher, principalmente as ações referentes à violência doméstica. Essa é a quinta edição da campanha e a segunda de 2016 e já está previsto para ocorrer outro mutirão no próximo mês de novembro.

Assistência a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei completa um ano

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), iniciou, em 2015, o treinamento das Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis a Pessoas com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP). O trabalho é voltado para a atenção das pessoas que possuem algum tipo de transtorno mental comprovado por perícia médica e que estão em conflito com a lei. Nesta segunda-feira (15), o Departamento de Saúde Mental da SES (DASM/SES) comemorou um ano da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde Prisional (Pnaisp) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A equipe multiprofissional da EAP, instituições envolvidas no processo de desinternação, como a 2ª Vara de Execuções Penais, e pacientes que cumprem medidas terapêuticas acompanhados pela EPA participaram do evento. No Maranhão, existem três equipes que desenvolvem o trabalho em São

Luís, Caxias e Imperatriz.

Segundo o coordenador Estadual do DASM/SES, Márcio Menezes, a EAP alia saúde mental e saúde prisional com o objetivo de transformar o tratamento dos pacientes por meio da desinternação. “O impacto para a saúde mental é enorme, pois começamos a olhar essas pessoas de outra maneira. Quando elas são internadas em um presídio ou mesmo no hospital psiquiátrico, são tratadas de forma desfavorecida, sendo que, na verdade, precisamos primeiro enxergar o indivíduo que possui um transtorno mental e, por isso, cometeu delitos e infringiu a lei, necessitando de tratamento adequado”, explicou Márcio Menezes.

A atenção da EAP garante que, ao invés de estarem dentro do sistema penitenciário, os pacientes cumprem medidas de segurança assistidos pela saúde, sendo avaliados por essas equipes. Os pacientes em conflito com a lei recebem assistência no Hospital Nina Rodrigues (HNR). As ações



Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas durante treinamento para prestação dos serviços

voltadas para reformular esse processo contabilizam 24 desinternações, e os pacientes voltaram ao seio familiar, onde recebem assistência multiprofissional e cumprem as medidas terapêuticas. A perspectiva é que todos os presos de justiça que estão no HNR passem pelo processo de perícia médica e sejam atendidos através da EAP de São Luís.

A partir da ‘Reforma Psiquiátrica’ (Lei 10.216/2001), foi estabelecido esse modelo: voltado para a reinserção social, a reabilitação e a promoção de direitos humanos, tirando o foco da hospitalização e oferecendo tratamento humanizado às

pessoas com transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e drogas.

“A EAP busca conhecer os históricos desses pacientes e construir o plano terapêutico para cada caso para que elas possam ser cuidadas fora do hospital. A audiência que define o plano de alta é feita com a participação da EAP, Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, SES, pacientes e familiares. Então, é uma ação conjunta, que não envolve apenas a área judicial, precisa da decisão de todos os envolvidos”, considerou a coordenadora das três EPAS do Maranhão, Janete Valois.

TJMA realiza sessão plenária administrativa nesta quarta-feira

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apreciará hoje (17) – durante sessão plenária administrativa – nove processos, incluindo propostas de resolução, projeto de lei complementar, recursos administrativos, entre outros. A agenda pode ser consultada em “Sessão Administrativa”, na área de serviços, na página principal do Portal do Judiciário.

A sessão plenária será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário. Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

PLENO – Sob a presidência do desembargador Cleones Cunha, o Pleno do Tribunal de Justiça é composto pelos 27 desembargadores.

Conciliação

- Uma pauta específica para a celebração de acordos entre o Grupo Cyrela e clientes com demandas judiciais do ramo imobiliário, tendo como parte a construtora, está sendo realizada até sexta-feira (19), no Fórum de São Luís (Calhau), sob a condução do 1º e do 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A pauta inclui processos dos empreendimentos Living Panama, Lombok Incorporadora Ltda., Cyrela Porto Velho, Oaxaca Incorporadora Ltda., Condomínio Pleno Residencial, Cyrela Costa Rica, Vitória São Luís e Living Afenas. A negociação entre clientes e a construtora poderá ser feita, no horário das 14 às 17h. A iniciativa é uma oportunidade para a empresa e os clientes extinguirem os processos demandados na Justiça por meio da formalização de acordos.

MP recomenda separação de presos provisórios e sentenciados em Balsas

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas expediu Recomendação, em 11 de agosto, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à direção da Unidade Prisional de Ressocialização de Balsas, para que separem os presos provisórios dos sentenciados, organizando-os de acordo com os dispositivos da Lei de Execução Penal.

O objetivo é impedir que presos de diferentes regimes de cumprimento fiquem na mesma cela. Foi concedido prazo de 10 dias para a adoção das providências.

Formulou a manifestação ministerial a promotora de justiça Rita de Cássia Pereira Souza, da Comarca de Balsas.

Também foi recomendado que sejam adotadas, no prazo de 10 dias, medidas para que os serviços administrativos da UPR de Balsas funcionem no período noturno e nos finais de semana, evitando que os presos permaneçam encarcerados além do tempo determinado pela Justiça.

- A Comarca de São João Batista dá início, quinta-feira (18), à Correição Geral Ordinária na qual serão correicionados 2.466 processos. Capitaneado pelo titular da unidade, juiz Ivis Monteiro Costa, o trabalho tem encerramento previsto para 29 de agosto.
- De acordo com o juiz, durante o período da correição será realizada inspeção anual nos cartórios extrajudiciais. Ainda segundo informou, a correição contará com o trabalho da equipe formada pelo magistrado, secretário judicial, secretário substituto e de mais dois servidores.
- De acordo com a portaria da Correição, ficam suspensos todos os prazos processuais que se iniciarem durante o trabalho e os já iniciados. Os processos em tramitação na Comarca devem ser entregues na Secretaria da unidade antes da abertura do evento.

CGJ realiza correição ordinária em quatro varas da comarca de Caxias

Divulgação

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está em Caxias, onde acompanha a correição ordinária que está sendo realizada nas atividades dessa comarca pela juíza corregedora Rosária Duarte, de 15 a 19 de agosto, com o apoio de uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Estão sendo analisados cerca de 70 processos em cada uma das quatro varas correicionadas. Os trabalhos da equipe da Corregedoria foram iniciadas na 5ª Vara na última segunda-feira (16), seguiram pela 1ª vara nesta terça-feira e seguem, nesta quarta-feira e quinta-feira, pela 3ª e 4ª varas. A 2ª vara judicial ficou de fora por ter passado por uma correição recente.

Segundo a juíza corregedora, os trabalhos seguem com “tranquilidade”, com previsão de encerramento no prazo estabelecido pela Corregedoria. A comarca de Caxias possui cinco varas da Justiça comum, 1 turma recursal e 1 juizado especial. Segundo o diretor do fórum, juiz Sidarta Gautama, somente na 1ª vara, 65% dos 13



Desembargadora Anildes Cruz participa de correição na comarca de Caxias

mil processos em tramitação são de execução fiscal.

Os juízes Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico; Rosângela Praseres, auxiliar da Corregedoria; e o diretor da CGJ, Gustavo Campos, também acompanharam a correição em Caxias. A juíza Márcia Chaves, coordenadora

dos juizados especiais, preside a correição realizada no mesmo período no juizado local. Conforme o calendário da CGJ-MA, as próximas correições serão realizadas no período de 29 de agosto a 2 de setembro, nas comarcas de Estreito (1ª e 2ª varas) e Porto Franco (1ª e 2ª varas).

Justiça mantém afastamento de mais um prefeito maranhense

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação

de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores “fantasmas” e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. “Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de

extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada”.



A ministra Carmem Lúcia, vice-presidente do Supremo, no lançamento da Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa, segunda-feira (15), no Tribunal de Justiça

Fotos|Divulgação/PC

Seic prende três foragidos da Justiça nesta terça-feira

A Polícia Civil, por meio de levantamentos feitos pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), conseguiu prender, nesta terça-feira (16), três foragidos da Justiça, em operações distintas na região metropolitana de São Luís. Um dos capturados teria cometido recentemente um assassinato. Outro é apontado como o autor da morte de um policial militar no ano de 2010. A primeira prisão aconteceu no Bairro de Fátima, na capital, quando investigadores encontraram Luciandro Lima Brandão, de 26 anos. De acordo com esclarecimentos do delegado Tiago Bardal, titular da Seic, o capturado seria um integrante de uma quadrilha que, no último dia 14, roubou no Cohatrac o veículo modelo Fiat Siena, de propriedade de um policial civil. Logo em seguida, o suspeito, dentro do carro, teria seguido ao bairro da Macaúba, na região

central de São Luís, onde pode ter matado um adolescente de 17, por volta das 10h20. Ademais, continuou falando Bardal, Luciandro já era foragido em virtude do cometimento de outro assassinato, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2013, tendo como vítima Windson Paulo Soares Duarte. Por conta desta morte, havia um mandado de prisão preventiva decretado em seu desfavor. Contra ele, o Poder Judiciário também expediu outro mandado em desfavor do suspeito, devido à associação criminosa, uma vez que o conduzido seria uma das lideranças da facção Bonde dos 40 no BF. Em outra situação, policiais civis da Seic localizaram, no Mercado Central, em São Luís, Pedro Nascimento Silva, conhecido como “Pedrinho”, em cumprimento a quatro mandados de prisão preventiva. Os documentos, segundo Tiago



Pedro Nascimento, Hélio Alcântara e Luciandro Lima foram presos ontem, por investigadores da Seic

Bardal, se referem a crimes como estelionato, receptação e uso de documento falso. Já no início da tarde, prenderam Hélio Alcântara de Souza, o “Helinho”, 34, dentro do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, depois de ser reconhecidos pela equipe de captura. Segundo o delegado Tiago,

“Helinho” é investigado como o autor do assassinato de um policial militar Raimundo Pereira, fato registrado em 2010, no Conjunto do Maiobão, em Paço do Lumiar. Devido a este homicídio, um mandado de prisão preventiva foi decretado, sendo cumprido pela Seic.

(NELSON MELO)

Ouvidor do Judiciário participa de audiência pública em Cururupu

O ouvidor-geral do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe, participou de audiência pública em Cururupu, ocasião em que o juiz Douglas Lima da Guia apresentou a produtividade judiciária dos últimos 12 meses, espaço de tempo que coincide com o período em que o magistrado assumiu a titularidade da comarca.

De acordo com os dados disponibilizados pelo juiz Douglas Lima da Guia, na audiência, foi baixado 69% do acervo processual pendente de julgamento na comarca, que, segundo estatísticas do magistrado, apresenta, hoje, uma das distribuições mensais mais altas de todo o Estado. O desembargador Ricardo Duailibe elogiou o trabalho

do magistrado e disse ser um modelo a ser seguido em todas as comarcas.

Além de cidadãos locais, que lotaram o auditório, o evento contou com a participação de vários advogados que militam na comarca. Na oportunidade, eles receberam placa de moção de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Justiça local. Os servidores lotados na comarca também foram homenageados pelo juiz Douglas Lima da Guia, que entregou ao servidor mais antigo uma placa de agradecimento pelo compromisso profissional na atividade judiciária.

Foram igualmente homenageados os policiais militares, lotados no destacamento de Cururupu, e os servidores da Unidade Prisional de Ressocialização do Município.

Compra e venda de imóveis é o tema de estreia do “Fala, Professor” nesta quarta

O “Fala, Professor”, novo programa de prestação de serviços da Rádio Web Justiça do Maranhão, estreia, hoje (17), às 8h45, esclarecendo dúvidas sobre a compra e venda de imóveis.

O programa, apresentado pelo comunicador e professor de Direito, Heraldo Moreira, também será veiculado às 14h45 de hoje. Em um tom didático, o apresentador vai falar sobre algumas regras básicas que devem ser observadas na relação entre construtoras e consumidores.

O “Fala, Professor” tem a proposta de divulgar direitos e deveres básicos do cidadão – previdenciário, trabalhista, de família, do consumidor e outros.

O ouvinte poderá sugerir temas ou tirar dúvidas, entrando em contato com o apresentador do programa pelo Twitter @heraldomoreira.

Governador abre diálogo permanente com sindicato de servidores e Centrais Sindicais

PÁG. 3 [C1]



Flávio Dino recebe e dialoga com Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais

Flávio Dino dialoga com Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais

O governador Flávio Dino reuniu-se nesta terça-feira (16) com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão, no Palácio dos Leões, para discutir uma série de pleitos e dialogar de forma democrática sobre os vários pontos apresentados. Na ocasião, ele traçou o atual panorama fiscal do estado e do Brasil, destacando, de forma transparente, os resultados alcançados e os esforços realizados para manter, sobretudo, a folha salarial em dia, investimentos em serviços como saúde e educação, pagamento de dívidas e o funcionamento dos Três Poderes.

Flávio Dino iniciou a reunião apresentando um panorama geral do Governo, que perpassa por uma administração transparente e é marcada pelo diálogo. Ele comentou ainda a forma de gerenciamento adotado hoje no Estado, que visa a relação entre necessidades e meios, analisando a atual conjuntura e projetando as tendências. Além disso, ele explicou as consequências da recessão que assola o Brasil e o mundo, as perdas salariais no setor privado e no poder público, a alocação de recursos, o peso das dívidas – interna e externa – e a forte expansão de despesas com pessoal.

“Desde o começo do nosso mandato nós temos tido a preocupação de conversar com todos os setores sociais, porque achamos que essa é a melhor forma de governar, a mais democrática e a mais eficaz”, destacou o governador. De acordo com ele, o Governo tem dado continuidade a



Gilson Teixeira

O governador Flávio Dino reúne-se no Palácio com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão

esse processo através de reuniões permanentes com as representações sindicais de vários segmentos, como trabalhadores rurais, representados por várias entidades, trabalhadores urbanos e também empresários. O governador ressaltou que está torcendo para a conjuntura do país melhorar e, por consequência, a do Maranhão também, para que o processo de negociação em todas as questões salariais, das reivindicações sindicais, possam ser atendidas. “Fizemos essa reunião hoje de grande importância com as Centrais Sindicais e com o Sindicato dos Servidores Públicos dos Três Poderes, ouvindo sobre reivindicações e pleitos. Nós pudemos expor aquilo que temos feito. Ano passado tivemos e neste ano, também, um incremento muito expressivo na folha de pessoal”, reiterou. Para Frazão Oliveira, presidente

da Força Sindical do Maranhão, esse encontro do movimento sindical com o governador foi positivo.

“Ele traz para o movimento sindical, sobretudo no setor público, para as centrais sindicais e o sindicato no geral, uma expectativa de que a mesa de negociação passa a ser permanente, os trabalhadores do setor público passam a ter um canal direto com o Governo e com o governador”, realçou. Durante a reunião, ficou acordada a criação de uma Mesa Permanente de Diálogo e Negociação entre o Governo do Estado e as Centrais e Sindicatos. O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Maranhão (Sinpol-MA), Heleudo Moreira, avaliou de forma positiva o encontro com o governador e a equipe de secretários para dialogar com os representantes dos servidores

públicos do estado do Maranhão acerca da abertura ou reabertura de negociações. “É isso que nós queremos. Que essas negociações retomem para que nós possamos chegar a um entendimento sobre as nossas pautas específicas, no caso dos policiais civis do Maranhão”, explicou.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), Márcio Luiz Sousa, disse que esperava a abertura desse canal de diálogo com o governador.

“Esse diálogo sempre vai engrandecer e vamos encontrar conjuntamente as soluções para os problemas que são inúmeros, podem até ser diferentes, mas como somos servidores públicos, o governador ouvindo e buscando junto ao seu secretariado e demais representantes aqui do Governo encontrar soluções para todas as categorias”, sublinhou. Participaram da reunião representantes de vários sindicatos ligados às áreas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Nova Central Sindical (NCST), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da CSP Conlutas.

Também estiveram presentes os secretários de Estado Marcelo Tavares (Casa Civil), Antônio Nunes (SEGOV), Márcio Jerry (SECAP), Cynthia Mota (SEPLAN), Francisco Gonçalves (SEDIHPOP) e o Procurador Geral do Estado (PGE), Rodrigo Maia.

‘Satanista’ condenado

Samyro Rocha de Souza, conhecido como “Taurus”, foi condenado em Balsas a 28 anos de prisão, pelo assassinato a tiros de Mauro Martins Pereira de Souza, em dezembro de 2012.

O motivo do crime seria uma dívida de R\$ 300, que a vítima se recusava a pagar. O réu se dizia “satanista”, possuindo várias tatuagens de demônios no peito, braços e costas.

Endurecer o discurso

Pegando o gancho, cada vez mais conversas entre quatro paredes de adversários dos governistas enveredam pelos argumentos de que é preciso endurecer o discurso contra o ex-prefeito e hoje deputado HC...

Espinha dorsal

...Na visão dos oponentes mais belicistas, será muito difícil vencer a barreira palaciana sem que se atinja a espinha dorsal da campanha governista, no caso o próprio Humberto Coutinho.

Assessor de juiz

Do dia 22 de agosto a 2 de

setembro, das 8h30 às 12 horas, estarão abertas inscrições para a seleção do cargo de assessor de juiz da 5ª Vara de Caxias. As inscrições são gratuitas e mediante a entrega de currículo e demais documentos na Secretaria Judicial da mesma...

Inscrições presenciais

De acordo com o edital, “serão aceitas apenas inscrições presenciais, recebendo o candidato, ou seu procurador, no ato de inscrição, cópia do documento de conferência/ficha de inscrição, devendo ainda, assinar a lista de entrega dos documentos”.

Justiça promove mutirão para agilizar processos judiciais de violência contra mulher

A Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís realiza durante toda esta semana um mutirão para agilizar processos referentes à violência contra a mulher. Foram agendadas audiências de 181 ações penais e julgamento de mais 82. A iniciativa integra as atividades da V Semana Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, aberta na segunda-feira (15), na capital maranhense, pela ministra e presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, idealizadora da campanha.

As atividades ocorrem em 28 comarcas do Maranhão até esta sexta-feira (19) e estão sendo organizadas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (CEMULHER), presidida pela desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar. Além dos processos referentes à violência doméstica contra mulher, o mutirão inclui também julgamento no tribunal do júri e ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada. Segundo dados da CEMULHER, foram designadas, nas 28

comarcas que participam da Semana “Justiça pela Paz em Casa”, 447 audiências para os cinco dias de mutirão, sendo 387 criminais e 60 cíveis. Na pauta do evento há 2.838 ações penais, 46 inquéritos e a previsão é de que sejam concedidas 4.272 medidas protetivas e julgados 158 processos.

Em São Luís, o esforço concentrado para agilizar os processos judiciais que têm a mulher como vítima de violência conta com o trabalho de magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e uma equipe de servidores. As audiências ocorrem em cinco salas simultaneamente, pela manhã e à tarde, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A coordenadora administrativa da CEMULHER, Danielly Bitencourt, disse que o objetivo de iniciativas como essa é concentrar esforços para dar celeridade aos processos que envolvem a mulher, principalmente as ações referentes à violência doméstica. Essa é a quinta edição da campanha e a segunda de 2016 está previsto para ocorrer outro mutirão em novembro.

Independência

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos, pretende dar, até sexta-feira (19) parecer ao pedido de liminar impetrado pela Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem) para impedir a devolução do Parque Independência ao Governo do Estado. O magistrado diz que a decisão é complexa, pois pela primeira vez se vê diante de uma situação inversa, pois geralmente são julgadas devoluções de um patrimônio ao poder público, e desta vez há uma tentativa de impedir o Estado de reaver o que é seu.

Desequilíbrio eleitoral

Apesar da noção de igualdade subjacente, estabelecida na interpretação legal, a principal reclamação das oposições é quanto ao desequilíbrio eleitoral que a estrutura governista causaria na eleição local...

Várias ações

...A chiadeira é constante e já transformada em várias ações na Justiça pelos partidos que compõem a aliança oposicionista. As dubiedades contidas na minirreforma política ainda contribuem para que queixas se acumulem nos escaninhos judiciais e ali resistam até depois

do resultado eleitoral...

Influente personagem

...A aludida judicialização da disputa política caxiense, portanto, já está em curso e assim continuará como um influente personagem, que caminha paralelo à corrida pelo controle do Palácio da Cidade...

Uso do instrumento

...Mas o apelo ao tapetão judicial não será prerrogativa única das oposições. É de se esperar que a coligação governista não fique atrás no uso desse instrumento e, dessa forma, também ajude a esquentar os corredores da toga tupiniquim.